2

Público, mas não-estatal; Privado, mas não-lucrativo: a configuração do “terceiro setor” e o feminismo no Brasil

2.1.

Na miríade do Terceiro Setor, as ONGs

Sob o impacto dos processos da globalização e da democratização, as últimas décadas do século XX testemunharam a emergência da atuação espontânea de cidadãos – e entidades por eles criadas – em iniciativas de promoção e defesa de causas de interesse comum, fossem essas de cunho mais universalista, como direitos humanos, meio ambiente, direitos das mulheres, fossem mais específicas e localizadas, como a ajuda aos menos favorecidos, a proteção dos refugiados ou dos direitos de uma classe. Tanto no âmbito interno dos Estados, como no plano internacional, surgia, para além do Estado e do mercado, um novo ator, um “terceiro setor”, já que não-governamental e não-lucrativo.

O fenômeno reflete e consolida um novo paradigma para as sociedades políticas organizadas: o da política não exclusivamente institucional, onde a divisão bipartida entre os espaços “público” e “privado” é posta em questionamento pela dissolução progressiva das fronteiras que separam os dois setores. No lugar da lógica dicotômica, pela qual se distinguem os interesses particulares dos gerais, configura-se uma lógica tripartite, pela atuação de um terceiro personagem nas relações entre os dois pólos até então dominantes na arena pública – Estado e mercado –: a sociedade civil⁴.

A associação e organização voluntária de homens e mulheres de culturas e classes sociais e econômicas diferenciadas para o enfrentamento de determinadas questões não é em si uma novidade. O homem, enquanto ser social, sempre viveu em coletividade. Disso decorre a importância dada às relações e vínculos estabelecidos no seio da

⁴ Por conta da crescente proeminência da sociedade civil ao lado do Estado e do mercado, consolidando uma tríade inusitada, Wolfe (1992) chega a sugerir o surgimento de uma “nova trindade” em substituição àquela prevalecente durante a Guerra Fria, quando pareciam coexistir “três mundos” – o Primeiro, do capitalismo avançado; o Segundo, do socialismo de Estado; e o Terceiro, dos países em desenvolvimento.

sociedade. O que é efetivamente novo é, para Fernandes, a proporção em que ocorre o fenômeno associativo e o padrão das relações dele oriundo, já que, segundo esse autor,

[f]ica prejudicada a idéia de uma subordinação hierárquica, que nos fazia imaginar os indivíduos e os grupos na base, o mercado no meio e o Estado no alto, governando o todo, sendo os primeiros chamados periodicamente a opinar sobre as relações devidas entre os interesses de lucro particular e a lei comum. O princípio territorial pressuposto pela imagem da pirâmide perde sua validade estruturante (1994, p. 20).

Para Oliveira, M. D. (1999, p. 21), por sua vez, a grande novidade é a extensão da participação cidadã e de suas “virtudes de solidariedade e responsabilidade à esfera pública numa escala global”, afetando não apenas o relacionamento entre governo e sociedade no âmbito interno dos países, mas também a dinâmica própria das relações internacionais (*idem*, p. 19).

A configuração de um “terceiro setor” remete-nos necessariamente à formação da sociedade norte-americana. Em 1835, antes mesmo da Guerra Civil Americana⁵, Tocqueville já denunciava a existência de uma rede de associações voluntárias – “*moral associations*” –, que, pautadas nos valores da compaixão e da solidariedade, serviam ao fortalecimento da democracia, pelos limites que impunham ao poder governamental (Tocqueville, 2000? *apud* Oliveira, M. D., 1999, p. 25).

É apenas no final da década de 1970, no entanto, a partir da publicação de um artigo de John D. Rockefeller 3rd., em 1978, que o termo “terceiro setor” (“*third sector*”) se populariza. No texto, Rockefeller ressalta a existência de um “setor invisível”, não-lucrativo, embora privado, que opera ao lado das esferas do governo e dos negócios:

(...) we have developed over the two centuries of our existence a remarkable three-sector system. Two of the sectors are instantly recognizable to everyone – business and government. But the third is so neglected and so little understood that I am tempted to call it ‘the invisible sector’. The third sector is the private nonprofit sector. The sector includes tens of thousands of institutions absolutely indispensable to community life all across the nation – churches, hospitals, museums, libraries, private colleges and universities, theater groups, symphony orchestras, and social service organizations of many kinds. All of these depend for their survival on the voluntary contributions of time and money by individual citizens. (...) At the heart of the third sector is individual initiative and a sense of caring (Rockefeller, 1993 *apud* Oliveira, M. D. 1999, p. 26).

⁵ A Guerra Civil Americana ocorreu nos Estados Unidos da América entre 1861 e 1865, quando onze Estados do Sul, latifundiário e escravista, entraram em luta contra os Estados do Norte, industrializado e abolicionista.

A percepção de Rockefeller sobre a existência de um “terceiro setor” está pautada na proliferação de organizações voltadas para questões de interesse global na esfera mundial. Nas décadas de 1960 e 1970, inúmeras associações se estruturaram para levar solidariedade e cooperação a pessoas desconhecidas nos mais distantes lugares: Anistia Internacional, *Greenpeace*, *Médecins sans Frontières*, *Friends of the Earth*, *Save the Children Federation*.

Na década de 1980, a expressão se difunde a partir de uma série de pesquisas realizadas pelo *Institute for Policy Studies* da *John Hopkins University*, sob o título *Nonprofit Sector Project* e coordenação de Lester Salamon e Helmut Anheier. O projeto tinha por escopo avaliar a estrutura organizacional e operacional do Terceiro Setor, mensurando, com isso, seu impacto em mais de uma dezena de países, dentre os quais o Brasil⁶.

Na década de 1990, a dimensão global do Terceiro Setor é efetivamente reconhecida com a constituição da CIVICUS – *World Alliance for Citizen Participation* –, uma organização internacional voltada para o fortalecimento da sociedade civil e da participação dos cidadãos nas questões mundiais⁷. A instituição, estabelecida em 1993, representa o esforço de democratização do sistema internacional pelo incentivo à criação de uma “cidadania planetária”.

Mas o que explica o extraordinário crescimento desse fenômeno, que, segundo Salamon (1994), parece tão significativo para o final do século XX como o surgimento do Estado-nação no final do século XIX? Para esse autor, a proliferação de organizações e iniciativas privadas com propósitos públicos pode ser explicada tomando por base seis fatores – quatro crises e duas mudanças revolucionárias –, que impulsionaram a diminuição do poder estatal e abriram caminho para o aumento da ação voluntária.

O primeiro desses fatores foi a decadência do *Welfare State*, implantado em diversos países, em graus variados de intensidade, a partir da crise econômica mundial,

⁶ Vide a respeito: SALAMON, Lester M.; ANHEIER, Helmut K. (org.) *The Emerging Sector: the Nonprofit Sector in Comparative Perspective*. Washington, The John Hopkins University, Institute for Policy Studies, 1994; SALAMON, Lester M.; ANHEIER, Helmut K. *The Emerging Nonprofit Sector: an overview*. Manchester: Manchester University Press, 1996. SALAMON, Lester M. *Defining the Nonprofit Sector: a cross-sectional analysis*. Manchester: Manchester University Press, 1997.

⁷ Vide: <<http://www.civicus.org>>. Acesso em: 07 dez. 2006.

instaurada na década de 1930⁸. A exacerbada intervenção do Estado na vida social, econômica e política dos países, juntamente à expansão de suas funções assistenciais contribuíram para o inchaço do setor público, levando ao aumento do endividamento do Estado. Com tal tamanho, era de se prever que o Estado não suportaria.

À crise do Estado de Bem-Estar Social, soma-se, segundo Salamon, a crise dos países em desenvolvimento, agravada pelos dois choques do petróleo na década de 1970 e a recessão dos anos 1980. Como resultado, viu-se surgir o interesse pelo “desenvolvimento participativo”, pautado na consideração das demandas de instituições não-estatais.

A crise ambiental também serviu de estímulo ao enrobustecimento do Terceiro Setor. A percepção da degradação ambiental como um problema decorrente, ainda que em parte, da pobreza continuada dos países em desenvolvimento incentivou indivíduos a se organizarem em defesa da causa ecológica. Comprova tal fato, o aumento dos partidos Verdes na Europa Ocidental.

A quarta crise refere-se ao colapso do socialismo soviético e do Leste Europeu, pela incapacidade de suprir as necessidades sociais e econômicas dos cidadãos. O Estado, cada vez mais desacreditado, fez com que agências externas ao governo passassem a oferecer os serviços não-prestados.

Ao lado das quatro crises, dois outros fatores ajudam a explicar a emergência do Terceiro Setor. Primeiro, a revolução no setor das telecomunicações, ocorrida nas décadas de 1970 e 1980: o incremento e a expansão das comunicações, associados a melhoras na área da educação, facilitaram a mobilização e organização de pessoas em diversas partes do mundo. Por último, o crescimento econômico global das décadas de 1960 e 1970 fez surgir uma classe média mais consciente e organizada nos países latino-americanos, africanos e asiáticos.

Na miríade de iniciativas não-estatais de promoção de necessidades coletivas, destacam-se as chamadas “organizações não-governamentais”, comumente referidas pela sigla ONGs. Afirmando-se pela negação “ao modelo institucional representativo

⁸ A década de 1930 é conhecida como o período da “Grande Depressão”, por conta da recessão econômica que atingiu várias partes do globo, ocasionando altas taxas de desemprego, quedas na produção industrial, nos preços das ações e no produto interno dos países. O grande marco da crise foi a quebra da bolsa de Nova Iorque, em 29 de outubro de 1929, quando o preço das ações caíram drasticamente.

tradicional” (Landim, 1998, p. 27), são, para Fernandes (2002, p. 65), “o sintoma mais claro (...) das tendências que nos levam a pensar num ‘terceiro setor’”. A utilização do termo “organização não-governamental”, no entanto, precede à da expressão “terceiro setor”. Por certo, já na Carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco, em junho de 1945, há referência a esses novos organismos:

Artigo 71 – O Conselho Econômico e Social poderá entrar nos entendimentos convenientes para a consulta com *organizações não-governamentais*, encarregadas de questões que estiverem dentro da sua própria competência. Tais entendimentos poderão ser feitos com organizações internacionais e, quando for o caso, com organizações nacionais, depois de efetuadas consultas com o Membro das Nações Unidas no caso (Organização das Nações Unidas, 1945) (grifo nosso).

Vislumbrando a força das ONGs, o ECOSOC (Conselho Econômico e Social da ONU) estabelece, pela Resolução 3 (II), de 21 de junho de 1946, a criação do Comitê das Organizações Não-governamentais (*The Committee on Non-Governmental Organizations*)⁹. Os termos originais do Comitê foram estabelecidos na Resolução 288 B (X), de 27 de fevereiro de 1950, substituída, a 25 de Maio de 1968, pela Resolução 1296 (XLIV). Os termos atuais do relacionamento das ONGs com a ONU, no entanto, estão dispostos na Resolução 1996/31, de 25 de julho de 1996¹⁰.

A Resolução 1296 (XLIV), assim como a 288 B (X), apresenta as ONGs como organizações internacionais que não tenham sido estabelecidas por acordo intergovernamental (parágrafo 7º, Resolução 1296 – XLIV). A Resolução 1996/31, por sua vez, amplia a definição anterior, enfatizando o caráter *não-governamental* das organizações que pretendam obter status consultivo no sistema ONU¹¹, sejam elas nacionais, subregionais, regionais ou internacionais (parágrafo 4º, Resolução 1996/31).

⁹ O Comitê tem como funções básicas “examinar as solicitações de *status* consultivo, monitorar o relacionamento das ONGs com o Conselho e seus órgãos subsidiários, analisar os relatórios (normalmente quadrienais) que tais organizações devem apresentar sobre suas atividades e receber suas sugestões de itens de agenda para as reuniões do ECOSOC” (Tavares, 1999, p. 56).

¹⁰ Informações obtidas em: <<http://www.un.org/esa/coordination/ngo/>>. Acesso em: 27 nov. 2006. Para uma exposição mais detida sobre as resoluções, vide: TAVARES, 1999.

¹¹ O status consultivo tem por base o artigo 71 da Carta da ONU e a Resolução 1996/31, adotada em 1996. Ele possibilita a participação das ONGs no ECOSOC e em seus órgãos subsidiários, seja por meio da mera presença nos encontros por eles organizados, seja pela intervenção escrita ou oral sobre as questões em pauta. Assim, as ONGs ficam qualificadas a atuar como consultoras e aconseladoras dos

A caracterização das ONGs como estruturas “não-governamentais” traz consigo o problema de se definir algo pela negação, pela ênfase naquilo que não se é. Expressões negativas dificilmente conseguem revelar a natureza fundamental daquilo que se pretende definir. O contrário de si próprio, o “não-eu”, não é capaz de traduzir a essência daquilo que se determina pela exclusão. Além disso, a referência da expressão à existência de um “não-governo” evidencia “a dificuldade dos Estados em apreender a (...) natureza de um fenômeno que tem suas raízes em ‘outro lugar’ que a esfera estatal (...)” (Oliveira, M. D., 1999, p. 19). Sugere, segundo Nerfin (1992, p. 96), “que o governo é o centro da sociedade e a população, sua periferia”¹².

Na verdade, o que o termo exprime é a “marca da polissemia e, portanto, da possibilidade de usos diferenciados, por grupos diversos” (Landim, 1993, p. 32). De fato, na atualidade, sob tal denominação, há uma gama de organizações, que se distinguem, seja pela forma de atuação e objetivos, seja pelo tamanho e funcionamento, consubstanciando uma realidade complexa, porquanto ampla e heterogênea.

Para Fernandes (2002, p. 65), suas peculiaridades “resumem-se com nitidez na idéia do ‘privado com funções públicas’”, já que constituem “instituições propriamente privadas, mas sem fins lucrativos”. Além de não buscarem lucro – e por isso se afastarem do setor mercado – e de não pertencerem ao setor governamental, as ONGs não admitem apropriação privada de seu patrimônio por parte de seus membros: eventuais lucros ou benefícios devem ser reinvestidos nas atividades inerentes aos propósitos da organização. Ao lado desses elementos, caracterizam-nas, ainda, o caráter formal de sua existência, a capacidade de autogestão e a perspectiva de permanência que elas possuem.

O traço característico mais importante e revelador das ONGs, no entanto, está em seus fins: a função eminentemente pública de suas atividades. É como se nos lembrassem a todo o tempo que, não apenas o governo, mas elas também, organizações não-governamentais, preocupam-se com o coletivo. Em outras palavras, é a

programas a serem implementados pela ONU. Os requisitos para se obter status consultivo podem ser encontrados em: <<http://www.un.org/esa/coordination/ngo/>>. Acesso em: 27 nov. 2006.

¹² Registre-se que nos Estados Unidos, onde o Estado nunca foi visto como a “referência estruturadora da vida social” (Oliveira, M. D., 1999, p. 19), as organizações de cidadãos são conhecidas como “*nonprofit*”, ou seja, “sem fins lucrativos”. Ainda assim, é notória a persistência da definição pela negativa, embora a referência seja aí às entidades privadas atuantes no mercado, apropriadamente em função do lucro (*ibidem*).

“racionalidade substantiva”, propriamente ético-normativa pelo compromisso com seus propósitos sociais, que a definem como ONGs (Costa e Neves, 1997, p. 45).

Todas essas observações permite-nos perceber as ONGs como inauguradoras, no âmbito da sociedade civil organizada, da interação definitiva entre governo e sociedade. Ao se apresentarem como mecanismos de inclusão das minorias e, conseqüentemente, de repulsa ao elitismo na política, tendem a alargar o escopo da esfera pública, assinalando-a como espaço de junção entre o privado e o coletivo.

Em síntese, com as ONGs

(...) gestou-se um tipo novo de organização que combina de maneira curiosa a tensão entre o grande e o pequeno, ou entre o público e o privado. São pequenas e privadas, mas se comportam como se fossem grandes e públicas. (...) São como os cidadãos, seres particulares, com direitos iguais e indistintos de participação na vida pública. Cultivam contudo uma visão totalizante da ação social, que as estimula a agir tendo em vista os grandes processos e as largas escalas. (...) Como se articulassem o todo não por cima, como o Estado ou a Igreja, mas por baixo, ‘pelos bases’, local e situacionalmente. Lembram mais o cidadão de Rousseau, um particular que traz a Vontade Geral guardada no peito. Em linguagem televisiva, um ‘supercidadão’ (Fernandes e Carneiro, 1991 *apud* Mello, 1997, p. 29).

2.2.

A gênese das ONGs no Brasil: visão histórica

No Brasil, é no decorrer da década de 1980, especialmente com o início do processo de redemocratização do país, em 1985, e a promulgação da Constituição Federal de 1988, que as ONGs ganham visibilidade e reconhecimento no cenário nacional. É nesse período que começam a sair da clandestinidade e a ter sua existência registrada e projetada pela grande imprensa, passando a figurar definitivamente nos meios de comunicação e, portanto, no cotidiano dos brasileiros.

A configuração dessas entidades sem fins lucrativos, no entanto, remonta, em sua grande maioria, à atuação de movimentos sociais ainda nas décadas de 1960 e 1970, particularmente à luta da sociedade civil contra o regime militar autoritário – instaurado em 1964 – e a favor da democracia. Surgem como “micro-organismos do processo democrático” (Souza, 1991, p. 8), “meios alternativos de representação” (Ferreira, 2005, p. 44), de forma praticamente clandestina e invisível, “à margem do mercado” (Souza, *idem*, p. 7), “de costas para o Estado” e “nas bases da sociedade” (Landim, 1998, p. 39).

A origem do que viriam a ser as ONGs brasileiras estaria nos movimentos sociais, estruturados na base da comunidade, em função de problemas e questões

eminentemente locais. Tais movimentos tinham caráter multifuncional, mobilizando as mais diversificadas tarefas, nas mais diferentes áreas, desde a falta de água, luz, rede de transportes ou de esgotos até o excesso de trânsito e poluição.

Esses movimentos, ditos “de base” pela natureza comunitária que apresentam, emergem e se difundem num momento em que a participação do cidadão no governo e no mercado é reduzida ao mínimo pelo regime autoritário. A saída vislumbrada para agir num contexto de repressão aos mecanismos de representação popular – fossem esses partidos políticos, meios de comunicação de massa ou entidades sindicais – foi o investimento local. Como observa Fernandes,

Estancado assim o ímpeto participativo (...), uma saída restou para os que olhassem numa outra direção: para baixo e para o plano local, justamente para as ‘comunidades’. Se agir sobre a sociedade como um todo já não era possível, quem sabe então as transformações pudessem ser preparadas, numa outra escala de tempo, trabalhando-se pelas ‘bases’ do edifício social (2002, p. 34).

Diante da inacessibilidade do Estado e de sua insuficiência institucional em resolver os problemas das camadas mais demandantes da população, rompia-se com os padrões hierárquicos dominantes, invertendo-os de ponta a cabeça, pela valorização agora daquilo que sempre havia sido desvalorizado: a “comunidade” (*ibidem*). O olhar “para baixo” e “para o plano local” passava a ser de grande interesse.

No âmbito da amplitude dos movimentos sociais, a gênese das ONGs está relacionada à chamada “educação de base”, ou “educação popular”. Os agentes envolvidos nesse tipo de movimento têm matriz inspiradora nos programas de alfabetização de jovens e adultos, propagados principalmente por Paulo Freire¹³. Influenciados, ainda que de maneira indireta, pelas esquerdas marxistas e apoiados por agências privadas de ajuda e cooperação, é à Igreja Católica, particularmente à Teologia da Libertação¹⁴, que se deve o ímpeto de tais projetos. Com o apoio da Igreja, “o

¹³ No início da década de 1960, Paulo Freire instituiu, no estado de Pernambuco, um plano para a alfabetização e conscientização política de jovens e adultos. O plano ficou conhecido internacionalmente com o nome de “Método Paulo Freire”.

¹⁴ Ligada à Igreja Católica, a Teologia da Libertação se espalhou na América Latina durante as décadas de 1960 e 1970. Tendo como defensores nomes como Gustavo Gutierrez e Leonardo Boff, a teologia enfatizava a reformulação da Igreja a partir de suas bases locais, voltando-a para a situação social humana das localidades. Foram os agentes pastorais ligados a essa filosofia os responsáveis pela criação

trabalho popular de ‘assessores’ e ‘agentes’ vai construindo uma rede invisível de conhecimentos e solidariedades e vai formando uma nova geração de líderes comunitários e futuros dirigentes de movimentos sociais” (Oliveira, M. D., 1999, p. 50).

Com o tempo, os “cursos” e “assessorias” foram se formalizando em “centros” e “institutos”. Aqueles mesmos agentes que agiam a serviço de setores populares passam a dedicar-se a sua institucionalização, preocupando-se com o reconhecimento público e a construção de uma identidade comum. Com isso, num curto espaço de tempo, pouco mais que uma década, “construíram uma profissão sem nome e fizeram um nome coletivo através do qual passaram a se reconhecer: ONG” (Landim, 1998, p. 29).

Nesse processo, articulou-se, como visto, além das estruturas comunitárias eclesiais e dos projetos de agências privadas financiadoras, a própria sociedade civil. Com sua variedade de atores sociais, cada qual pretendendo firmar sua identidade – “negros”, “homossexuais”, “índios”, “mulheres” –, a sociedade civil forneceu o suporte para a formação de uma cultura de ação não-governamental, que se fortalecia apesar do governo autoritário (Fernandes, 2002).

Até o início da década de 1980, o que unia os diferentes movimentos sociais era a resistência ao autoritarismo do regime militar. Isso consubstancia uma postura anti-estatal, que só começa a ser contornada pelas mudanças no padrão de relacionamento entre os setores populares e o Estado, ocasionadas pelas transformações do próprio regime. O ano de 1982 sinaliza, com a realização de eleições diretas para os governos estaduais e municipais e o êxito das oposições¹⁵, a abertura dos canais de interação entre governo e sociedade. Conduziram-se aos poderes Executivo e Legislativo pessoas vinculadas aos movimentos sociais. Um novo espaço de poder era definitivamente inaugurado:

Pela primeira vez, desde 1964, parcelas significativas do aparelho governamental escapam ao controle do Poder Executivo Federal. A entrada em cena de administrações estaduais e municipais eleitas acelera a transformação dos padrões de relacionamento entre Estado e população. Por um lado, governos democraticamente eleitos buscam novas formas de diálogo e interação entre políticas públicas e demandas populares. Por outro lado, a competição por espaço político entre diferentes partidos fragmenta a frente única

das chamadas “Comunidades Eclesiais de Base”. Acreditava-se que nessas “comunidades de base”, pautadas na participação dos fiéis, encontrava-se a verdadeira Igreja.

¹⁵ Para se ter idéia, nas grandes capitais, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, assistiu-se a vitória de candidatos oposicionistas, respectivamente, Leonel Brizola, Franco Montoro e Tancredo Neves.

de oposição ao autoritarismo e reacende o temor, nas organizações populares, de se verem cooptadas ou manipuladas (Oliveira, M. D., 1999, p. 55).

À medida que as entidades de cunho social e filantrópico vão se organizando e adquirindo perfil institucional, vai-se consolidando a percepção da existência de um universo particular, com identidade definida e determinada, com autonomia para agir em seu próprio nome, como protagonistas no cenário político e social. No âmbito desse processo gradual de auto-afirmação, as ONGs vão ganhando vida própria e esse nome, antes desconhecido e impopular, passa a ser utilizado como representativo da ação cidadã organizada.

Em maio de 1986, realiza-se, no Rio de Janeiro, o Encontro Nacional de Centros de Promoção Brasileiros. Convocado por cinco ONGs – FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), IDAC (Instituto de Ação Cultural), ISER (Instituto de Estudos da Religião) e CENPLA (Centro de Estudos, Pesquisa e Planejamento) – e tendo em sua agenda questões sobre a identidade das ONGs e seu papel na construção da democracia brasileira, o evento acabou conhecido como marco fundador do reconhecimento das ONGs no Brasil.

Durante três dias, reuniram-se diretores de 30 entidades das várias regiões do país (...) e mais agentes de 3 organizações internacionais ‘parceiras’, para discussão de pauta inédita: inaugurava-se uma problemática, a da identidade institucional para além de suas especificidades de linhas e temas de ação e da sua existência ‘a serviço’. (...) Mas a quase totalidade de diretores de organizações presentes (...) voltou para suas bases locais com a idéia de que uma nova era, com novos padrões de reconhecimento da existência de suas entidades – e de suas ocupações profissionais – se anunciava. Pela primeira vez, ouviam o termo classificatório ONG e discutiam questões que marcariam um processo de afirmação de crenças e instâncias legitimadoras de um conjunto de entidades com um novo nome próprio (Landim, 1998, p. 52-3).

A partir do debate instaurado pelo encontro, reforçou-se o entendimento das ONGs como organizações da sociedade civil, destacadamente relevantes para o fortalecimento do processo democrático. Com isso, pouco a pouco, a expressão ganhou a mídia, passando a freqüentar os jornais e, em virtude disso, o dia-a-dia dos brasileiros.

A promulgação da Constituição Federal, em 1988, após intensa mobilização social, dá seqüência ao processo de ampliação da interação entre Estado e sociedade, iniciado com as eleições diretas estaduais e municipais de 1982. Conhecida como “Constituição Cidadã”, a Carta abre espaço para a atuação de entidades da sociedade

civil na elaboração de políticas públicas. Por conta dessas instruções, são criados nas esferas federal, estadual e municipal, Conselhos de Defesa dos Direitos da Mulher, das Populações Negras, das Pessoas Portadoras de Deficiência, da Criança e do Adolescente¹⁶.

A nova Constituição, garantindo importantes direitos ao cidadão, institucionaliza a participação popular nas políticas públicas. De tal sorte, aumentam as possibilidades de atuação da sociedade civil no manejo e gestão da “*res publica*”. Ao mesmo tempo, o Estado tem seu papel questionado e reduzido. A revisão do tamanho do Estado atendia, em certa medida, às demandas por redemocratização da sociedade e era vista como condição para a flexibilização dos processos decisórios e a incorporação definitiva dos setores populares no fazer político.

Antes ainda de 1988, em 1985, no bojo do retorno à ordem democrática, o Ministério da Justiça inova em sua relação com a sociedade civil, conclamando associações não-governamentais das mais variadas partes do país a elaborarem projetos relacionados aos direitos humanos.

No âmbito das iniciativas de aproximação da sociedade civil com a instância estatal realizadas por aquele Ministério, é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM. Representando importante conquista do movimento feminista brasileiro, o Conselho, instalado em setembro de 1985, constituía órgão híbrido, já que formado por representantes da sociedade civil e do governo. Sua missão era promover, em âmbito nacional, políticas voltadas para a liberdade das mulheres, a igualdade de direitos e a participação não-discriminada na vida social, política e econômica do país. Em seus primeiros anos, a preocupação maior do CNDM era incluir na Constituição de

¹⁶ Oliveira, M. D. (1999) aponta algumas dificuldades inerentes ao modelo de relacionamento entre sociedade civil organizada e Estado, pela presença das ONGs mais significativas nos Conselhos. Para ele, “o problema da representatividade e legitimidade das organizações da sociedade civil remete a uma questão praticamente insolúvel. Quem escolhe os representantes da sociedade civil? Na prática, são as ONGs mais atuantes que tendem a ocupar os assentos reservados à ‘sociedade’” (*idem*, p. 63). A partir de tal noção crítica, “algumas ONGs começaram a se perguntar se o desenho dos Conselhos não conteria o equívoco básico de tentar reproduzir velhos modelos corporativos de participação paritária na área trabalhista segundo a fórmula ‘governo’, ‘patrões’ e ‘empregados’”. Percebe-se que, apesar de reivindicados pelos segmentos combativos da sociedade civil, na verdade estes mecanismos estariam ainda estruturados sobretudo em função do Estado, a partir da noção que a única forma válida de participação da sociedade se dá através da co-gestão de políticas públicas” (*idem*, p. 64).

1988 – então em processo de elaboração pelo Congresso Nacional – os direitos das mulheres. Em parceria com conselhos estaduais e municipais, representantes do movimento de mulheres, particularmente de ONGs, e a bancada feminina do Congresso, o CNDM foi peça chave no que ficou conhecido como “lobby do batom”. O resultado foi a elaboração da “Carta das Mulheres aos Constituintes”, cujas reivindicações foram praticamente todas – cerca de 80% – incorporadas à nova Constituição¹⁷.

O notório crescimento da atuação das ONGs no cenário das políticas públicas em âmbito nacional e internacional leva a Agência Brasileira de Cooperação – ABC –, organismo ligado ao Ministério das Relações Exteriores, juntamente ao PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – a promover o Encontro Nacional de ONGs sobre Cooperação e Redes, em junho de 1989, em Brasília. Sob a coordenação de uma ONG – o IBASE¹⁸ –, organismos internacionais, embaixadas, entidades não-governamentais nacionais e estrangeiras reuniram-se para discutir não apenas o apoio das Nações Unidas, especificamente do PNUD, a projetos de ONGs no Brasil e em outros países, como também a própria relação das ONGs brasileiras com o governo federal. Para Oliveira, M. D.

O Encontro em si consistiu, sobretudo, numa primeira oportunidade para o intercâmbio de informações entre a entidade coordenadora da política de cooperação técnica do Governo brasileiro e o mundo das ONGs. Seu resultado mais prático foi o compromisso assumido de *‘aprofundamento por parte da ABC dos conhecimentos das ações desenvolvidas pelas ONGs, tanto nacionais quanto estrangeiras, para acrescentar ao*

¹⁷ Em 1989, nomeiam-se para o CNDM doze novas conselheiras sem identificação com o movimento de mulheres. O fato ocasiona a desestabilização administrativa do órgão, pela renúncia coletiva de suas equipes técnica e financeira. No governo Collor, por meio da Medida Provisória 150, de 15 de agosto de 1990, o CNDM tem sua autonomia administrativa e financeira revogada. Perdia, assim, progressivamente, sua legitimidade junto ao movimento de mulheres. No ano de 1995, quando já se aproximava a IV Conferência Mundial sobre Mulheres, a ser realizada sob os auspícios da ONU em Beijing, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso reativa o CNDM, ainda que sem estrutura administrativa e orçamentária próprias. Fonte: <<http://www.planalto.gov.br/spmulheres/cndm/index.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2006.

¹⁸ Criado em 1981, o IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos e vinculação religiosa ou política. Tem como objetivo maior o fortalecimento da democracia, pelo estímulo à participação cidadã. Em vista disso, atua em áreas como o monitoramento de políticas públicas, responsabilidade social, economia solidária e segurança alimentar. Vide a respeito: <<http://www.ibase.org.br/>>. Acesso em: 07 dez. 2006.

universo da cooperação técnica tradicional a necessária agilidade, eficácia e liberdade de ação características desse tipo de organização' (1999, p. 65) (grifo do autor).

Com a crescente visibilidade das ONGs na esfera pública, cada vez mais se fortalecia a identidade dessas entidades enquanto instrumentos de representação e participação cidadã. O aumento significativo de iniciativas sem fins lucrativos destinadas ao cumprimento de funções eminentemente públicas dá ensejo à constituição, em agosto de 1991, no Rio de Janeiro, da primeira Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG. A ABONG tem por objetivos:

promover o intercâmbio entre entidades que buscam a ampliação da cidadania, a constituição e expansão de direitos, a justiça social e a consolidação de uma democracia participativa; consolidar a identidade das ONGs brasileiras e afirmar sua autonomia; defender o interesse comum das suas associadas e estimular diferentes formas de intercâmbio entre elas e com instituições similares de outros países; informar sobre a atuação de agências governamentais, internacionais e multilaterais de cooperação para o desenvolvimento; combater todas as formas de discriminação; ser um instrumento de promoção em âmbitos nacional e internacional das contribuições das ONGs frente aos desafios do desenvolvimento e da superação da pobreza (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, 2000)¹⁹.

A fundação da nova entidade ocorre imediatamente após a realização, também no Rio de Janeiro, do Primeiro Encontro Internacional de ONGs e Agências das Nações Unidas (*“First International Meeting of NGOs and United Nations System Agencies”*). Reunindo ONGs brasileiras e estrangeiras, além de agências internacionais de cooperação, e tendo como pano de fundo as transformações que ocorriam no cenário internacional com o fim da Guerra Fria, o evento tinha como mote “Desenvolvimento, Cooperação Internacional e as ONGs”.

A afirmação e o reconhecimento público definitivo das ONGs no Brasil, no entanto, ocorre com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD –, realizada em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro²⁰. Ao ter lugar no Brasil, a Conferência fornece às organizações brasileiras da

¹⁹ Carta de Princípios da ABONG disponível em: <<http://www.abong.org.br/>>. Acesso em: 07 dez. 2006.

²⁰ A CNUMAD foi a primeira do ciclo de conferências sobre temas sociais organizado pela ONU na década de 1990, com vistas a estabelecer uma agenda global para o desenvolvimento humano mundial. Com exceção da Habitat II, que, por ser posterior à Conferência de Beijing, extrapola o objetivo de nosso estudo, as demais conferências serão abordadas no Capítulo IV.

sociedade civil a oportunidade para expor suas propostas e dar visibilidade a suas iniciativas²¹.

Já na preparação para o evento internacional, as ONGs brasileiras ganham notoriedade no “Fórum Brasileiro de ONGs”, o qual congrega surpreendentemente mais de 1.000 entidades não-lucrativas e não-governamentais de todo o Brasil. Em junho de 1992, propriamente durante a realização da Conferência da ONU, ocorre, no Aterro do Flamengo, concomitantemente à reunião oficial realizada no Riocentro, o Fórum Global de ONGs, uma espécie de “evento paralelo” representativo da sociedade civil:

(...) mais do que um encontro de ONGs brasileiras e internacionais, os eventos marcantes do Fórum Global no aterro do Flamengo, representaram uma celebração da diversidade e da riqueza da sociedade civil. A *Árvore da Vida*, com as mensagens das crianças de todo o mundo, o *Planeta Fêmea*, com a voz das mulheres, a *Índio 92*, com a marca das comunidades indígenas, a *vigília das religiões Por um Novo Céu*, *Por uma Nova Terra* foram eventos de forte conteúdo simbólico, coloridos e imprevisíveis. Provavelmente, por isto mesmo tenham falado tão fortemente à imaginação e à sensibilidade da opinião pública. Na ECO-92, pela primeira vez, as ONGs brasileiras de fato expõem sua cara ao conjunto da sociedade (Oliveira, M. D., 1999, p. 68).

O pontapé certo que a Rio-92 deu para a ressonância das ONGs perante a sociedade e o governo brasileiros foi seguido pela abertura de nossa diplomacia à sociedade civil na preparação das demais conferências sobre temas sociais – Conferência de Viena sobre Direitos Humanos, de 1993; Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento, de 1994; Cúpula Mundial de Copenhague sobre o Desenvolvimento Social, de 1995; Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher, de 1995 e Habitat II, realizada em Istambul, em 1996. Nesses encontros, a reconhecimento de que não mais era possível pensar a esfera pública sem a participação da sociedade civil era sentida pelo distanciamento cada vez maior do estadocentrismo de tempos anteriores e pela aproximação com as ONGs.

A eleição de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República, em outubro de 1994, representa, como veremos de forma mais aprofundada no Capítulo III, o ponto de chegada da consolidação das ONGs na esfera pública nacional. De fato, à ênfase dada por este governo ao robustecimento da democratização brasileira, seguem iniciativas de descentralização e desconcentração política, favorecendo-se, por

²¹ Dezenas de organizações de mulheres, por exemplo, formam uma articulação nacional e criam a Coalizão de Mulheres Brasileiras. A idéia era representá-las nos encontros nacionais e internacionais realizados previamente à Conferência.

consequente, não apenas a visibilidade das ONGs, mas também e principalmente o relacionamento próprio entre governo e sociedade.

2.3. Movimento de mulheres, Feminismo e ONGs no Brasil

Assim como as ONGs, o feminismo brasileiro nasce desarticulado e fluido, pela ação difusa e descentralizada do movimento de mulheres²². Com suas origens ainda no final do século XIX e início do século XX, num primeiro momento, não vislumbrava pôr em questionamento a opressão social da mulher. Voltava-se para o viés político da questão feminina, pleiteando às mulheres a ampliação de sua cidadania, pelo direito de sufrágio.

Evoluindo do movimento sufragista e passando pela reivindicação de garantias ao trabalho feminino, o feminismo brasileiro ressurgiu sob a influência dos movimentos de contestação das décadas de 1960 e 1970, quando a ordem social vigente se torna objeto de repulsa e questionamento. Desde o “faça amor e não guerra” do movimento hippie ao “é proibido proibir” do maio de 1968, convenções e comportamentos, tanto sociais

²² Esclareça-se que, no âmbito da ação feminina, o movimento feminista se insere no conjunto mais amplo do movimento de mulheres, o qual, para Soares (2006, p. 39), abrange uma “pluralidade de processos”, com dinâmicas e formas de expressão próprias. O feminismo, para essa autora, é mais restrito, refletindo a “rebeldia das mulheres na identificação de sua situação de subordinação e exclusão do poder” (*ibidem*). Por isso, as feministas “buscam construir uma proposta ideológica que reverta esta marginalidade e que se concretize a partir da construção de uma prática social que negue os mecanismos que impedem o desenvolvimento de sua consciência como seres autônomos e que supere a exclusão” (*ibidem*). Daí fazerem “do conhecimento e da eliminação das hierarquias sexuais seu objetivo central” (*ibidem*). Para Heilborn e Arruda (1995, p. 18), o movimento de mulheres “não propala a idéia de uma hierarquia sexual, não adotando o discurso do questionamento da divisão de trabalho entre homens e mulheres”. Já o feminismo, “compromete-se com a crítica radical dos papéis de gênero, acentuando que eles são fruto de uma estrutura social, podendo e devendo ser mudados” (*ibidem*). Apesar dessas diferenças, Heilborn e Arruda (*idem*, p. 19) acreditam que “o feminismo apresenta-se como a grande tradição a partir da qual se delineiam as organizações de mulheres”. Isso permite às autoras apontar a existência de uma “cultura feminista”, pautada nos valores da igualdade e da liberdade, no movimento de mulheres. Nossa posição segue o argumento de Heilborn e Arruda. A despeito das categorizações, acreditamos que o feminismo esteja na base dos movimentos de mulheres, ainda que de modo implícito e sem que suas protagonistas compartilhem necessariamente o mesmo sentimento de opressão.

quanto políticos, são postos sob o olhar crítico de uma juventude que anseia por um mundo mais justo e melhor.

Pautando-se no ideário da horizontalidade, uma gama de propostas é lançada com vistas a rever, ou mesmo suprimir, a autoridade e as relações hierarquizadas a ela inerentes. Nesse sentido, “as relações do Estado com o cidadão, as relações entre os sexos, a primazia dos velhos sobre os jovens, o poder das instituições ou dos saberes instituídos” (Heilborn e Arruda, 1995, p. 16) vêm-se solapados pelas transformações culturais e ideológicas de uma verdadeira liberalização social.

Na pluralidade de proposições alternativas desses anos de contestação, um novo feminismo emerge, colocando sob enfrentamento a “divisão tradicional dos papéis sociais entre homens e mulheres” (*idem*, p. 15). Sob a bandeira de que “o pessoal é político”, subverte a dicotomia público-privado, trazendo para o espaço da política, vista até então como o *locus* específico da esfera pública, questões significativamente privadas²³. Dessa maneira, retira do gueto doméstico premissas e temáticas a ele antes exclusivas, dando-lhes notoriedade pela consciência de que fazem parte de um domínio comum feminino. Assim,

(...) as relações na família, no casal e no lar são submetidas a um exame rigoroso no sentido de desmistificar a ideologia da intimidade e da maternidade. (...) Na sua agenda de lutas políticas, os temas ligados à sexualidade e aos direitos reprodutivos (aí incluída a legitimidade do aborto) ocupam coerentemente um lugar de destaque (*idem*, p. 16).

Se o feminismo brasileiro não pode ser entendido isoladamente, à parte da conjuntura mundial, tampouco o pode em desatenção ao contexto interno de autoritarismo e repressão, instituído no país pelo regime ditatorial, desde o golpe militar de 1964. Sem proposta unificada que não passasse pela negação da condição tradicionalmente conferida às mulheres, as militantes feministas convergiam em torno da resistência à ditadura. Nos “anos de chumbo”, a oposição ao regime aparecia como o elemento unificador de um movimento que vinha se caracterizando pelo hibridismo de suas motivações. Dada a primazia concedida ao combate da ordem autoritária, algumas

²³ Na visão de Ana Alice Alcântara Costa (2005), ao corromper a separação entre o “público” e o “privado”, base do pensamento político liberal moderno, o feminismo teria dado novo significado ao poder político e à forma de se compreender a política.

tendências chegavam, inclusive, a relegar a segundo plano a problemática feminista (Sarti, 2004)²⁴.

O lado positivo dessa falta de articulação propositiva unificada entre as mulheres foi a relação estabelecida com a Igreja Católica – particularmente no âmbito do trabalho pastoral inspirado na Teologia da Libertação – e os grupos de esquerda, ambos importantes opositores do regime. Possibilitou-se, com isso, uma “política de alianças entre o feminismo, que buscava explicitar as questões de gênero, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, todos navegando contra a corrente do regime autoritário” (*idem*, p. 39)²⁵.

À resistência à ordem militar autoritária, aliavam-se as próprias transformações na situação cotidiana das mulheres, chamadas ao mercado de trabalho por conta da expansão econômica ocasionada pela modernização acelerada dos setores industriais do país na década de 1970. Trazendo novas oportunidades às mulheres, o chamado “milagre brasileiro” contribuía para desestabilizar o padrão tradicionalmente patriarcal da estrutura familiar. Também, o acesso das mulheres a métodos contraceptivos sinalizava positivamente à emancipação feminina, um caminho sem volta.

Diante das novas circunstâncias, grupos de vizinhança e organizações de bairro passam a pleitear melhores condições de vida e trabalho para as mulheres. Ganham proeminência, com isso, dois movimentos de liderança feminina: o movimento contra a carestia e o movimento de luta por creches. Ambos, mas principalmente este último, trazem implícitos não apenas o aumento do trabalho extra-lar da mulher, majoritariamente mal remunerado, mas também a distribuição desigual das responsabilidades inerentes ao lar e à família (Heilborn e Arruda, 1995).

²⁴ Segundo Sarti (2004, p. 41): “Parece haver um consenso em torno da existência de duas tendências principais dentro da corrente feminista do movimento de mulheres nos anos 1970, que sintetizam o próprio movimento. A primeira, mais voltada para a atuação pública das mulheres, investia em sua organização política, concentrando-se principalmente nas questões relativas ao trabalho, ao direito, à saúde e à redistribuição de poder entre os sexos. Foi a corrente que posteriormente buscou influenciar as políticas públicas, utilizando os canais institucionais criados dentro do próprio Estado, no período da redemocratização dos anos 1980. A outra vertente preocupava-se sobretudo com o terreno fluido da subjetividade, com as relações interpessoais, tendo no mundo privado seu campo privilegiado. Manifestou-se principalmente através de grupos de estudos, de reflexão e de convivência”.

²⁵ Daí se explica porque, muitas vezes, questões discordantes como aborto e planejamento familiar eram deixadas às discussões privadas.

Se antes as reivindicações femininas partiam de movimentos desarticulados de mulheres, a partir do ano de 1975, declarado pela ONU o “Ano Internacional da Mulher”²⁶, ganham ares institucionais, tornando o feminismo ideologia de inúmeras entidades organizadas. O reconhecimento oficial da precariedade da situação da mulher no mundo por um organismo de cunho universal como a ONU, aliado ao clima de distensão política do regime autoritário²⁷, abre espaço para que as mulheres se reúnam publicamente para discutir a condição feminina no Brasil. Tais fatos favorecem a visibilidade de um movimento que até então atuava na clandestinidade (Costa, A. A. A., 2005; Sarti, 2004).

São fundados, nessa época, os primeiros jornais nacionais dirigidos por e para mulheres: o “Brasil Mulher”, publicado pela Sociedade Brasil Mulher, e o “Nós Mulheres”, publicado pela Associação de Mulheres²⁸. Surge, ainda, em 1975, o Movimento Feminino pela Anistia, que, pregando uma anistia “ampla, geral e irrestrita”, visava a defesa dos presos políticos do regime e a volta dos exilados.

A partir daí, novas associações feministas de mulheres se formam por todo o país, buscando estabelecer uma linguagem própria, autônoma e capaz de representar as novas protagonistas do cenário político. Como exemplo, o Centro Brasileiro da Mulher, no Rio de Janeiro; a Associação de Mulheres, o SOS Violência e o Centro Informação da Mulher – CIM –, em São Paulo; o Coletivo Feminista, no Rio e em Campinas; o SOS Corpo, no Recife; o Maria Mulher, em João Pessoa.

A questão da autonomia organizacional e ideológica passava ao cerne das preocupações feministas. Tornava-se consenso de que era preciso consolidar uma identidade feminista própria, frente aos partidos e grupos políticos e outras organizações, como a Igreja. A busca por autonomia, no entanto, não significava isolamento em relação aos outros movimentos sociais, mas apenas a demarcação de um espaço autônomo e delimitado para a definição e articulação de estratégias (Costa, A. A. A., 2005).

²⁶ As circunstâncias da proclamação de 1975 como “Ano Internacional da Mulher” e dos anos seguintes como “Década Internacional da Mulher” serão abordadas no Capítulo IV.

²⁷ Em março de 1974, o general Ernesto Geisel, representante da linha “moderada” da ditadura, assume o governo, para um mandato de cinco anos, com a proposta de restabelecimento do regime democrático.

²⁸ Para uma reflexão mais pormenorizada sobre a imprensa feminista surgida no pós-75, vide: Leite, 2003.

O movimento feminista brasileiro adentra os anos de 1980 como uma “força política e social consolidada” (Sarti, 2004, p. 42), explicitando uma epistemologia que coloca em questionamento as relações de gênero culturalmente instituídas²⁹. É no bojo desse processo e com o incentivo explícito da Constituição Federal de 1988, que altera significativamente a condição da mulher com a extinção da prevalência masculina na sociedade conjugal, que se fortalece a institucionalização do movimento. Acrescente-se àqueles fatores o esvaziamento do CNDM, órgão federal representativo das mulheres.

Assim, ao se findar a década de 1980 e se iniciar a de 1990, inúmeros grupos se organizam sob a forma de instituições não-governamentais, adquirindo caráter mais técnico e profissional. Dentre outras, surgem ONGs como Curumim, CEMINA (Comunicação, Educação e Informação em Gênero), CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), GMM (Grupo Mulher Maravilha), em 1989; CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação), REDEH (Rede de Desenvolvimento Humano), Geledés – Instituto da Mulher Negra – e Cunhã, em 1990; CMV (Coletivo Mulher Vida), em 1991; Criola, em 1992; CDD (Católicas pelo Direito de Decidir), em 1993³⁰.

Nesse período, ainda, no âmbito de seu relacionamento com o Estado, o feminismo é agraciado com a criação, em diversos níveis – nacional, estadual e municipal – de Conselhos da Condição e dos Direitos da Mulher, sobretudo a partir de 1983, com os Conselhos de São Paulo e Minas Gerais, e de 1985, com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, abordado no item anterior. Além disso, surgem as Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher – sendo a primeira delas criada em São Paulo, em 1985.

A multiplicação dos espaços de atuação do feminismo brasileiro sinaliza a complexificação do movimento, tanto em sua organização, como em sua ideologia. A ampliação das instâncias em que atua e a diversidade de mulheres que atinge – com raças, etnias, classes sociais e ambições políticas diferentes – consubstanciam a construção de um conjunto heterogêneo de feminismos, pela incorporação e adaptação individualizadas do ideário feminista (Soares, 2006).

²⁹ As “relações de gênero” estão relacionadas aos comportamentos sociais das categorias sociológicas “homem” e “mulher”. Baseiam-se na dimensão social – e não biológica – dos sexos, admitindo a distinção entre “masculino” e “feminino” como resultante de uma construção cultural. Sobre o conceito de gênero, vide: Heilborn, 1995.

³⁰ O perfil de algumas dessas organizações pode ser encontrado na página eletrônica da ABONG, anteriormente mencionada.

Essa diversidade, que ainda hoje atinge o feminismo brasileiro, ficou patente, na preparação para a IV Conferência Mundial sobre Mulheres, realizada em Beijing, em 1995. Formou-se, para esse evento, como será detidamente analisado no Capítulo V, uma rede de articulação que incluía, além de feministas autônomas e representantes do próprio governo, mulheres de inúmeras ONGs, com ou sem orientação feminista³¹. Nessa conferência, deixou-se decididamente de lado o perfil anti-estatal que unia o movimento feminista, subvertendo-se, em definitivo, a dicotomia público-privado prevacente na política externa nacional pela atuação tradicionalmente insulada do Itamaraty, tal como demonstraremos no próximo capítulo.

³¹ Costa e Neves (1995) chama a atenção para a diferenciação entre ONGs de mulheres e ONGs feministas. Segundo as autoras, ambos os tipos de ONGs têm suas ações voltadas para a população feminina, embora as primeiras não estejam necessariamente fundadas sob os valores do feminismo.